

ANO I - EDIÇÃO Nº 10 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 22 de março de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 191/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008 e Art.127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a importância do “Projeto Nacional das Audiências de Custódia”, que incorpora à legislação a obrigatoriedade de apresentação da pessoa presa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, consubstanciado na realização de audiência logo após a prisão;

CONSIDERANDO que o “Projeto Nacional das Audiências de Custódia” também busca a concretização de um mecanismo de controle da legalidade e necessidade da prisão em flagrante, permitindo aferir eventual afronta aos direitos da pessoa presa, inclusive prevenção e combate à tortura;

CONSIDERANDO à realidade das mais diversas Promotorias de Justiça, e com o propósito de assegurar tratamento uniforme e isonômico aos presos de todas as unidades judiciárias;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça RODRIGO ALVES BARCELLOS para atuar nas audiências de custódia da Comarca de Palmas – TO, no dia 18 de março de 2016.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 192/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 18 de março de 2016, a Portaria nº 073/2016, que designou o Promotor de Justiça BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO para responder, cumulativamente, pela 3ª Promotoria de Justiça de Araguaína.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: CRISTIAN MONTEIRO MELO

DESPACHO Nº 093/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça CRISTIAN MONTEIRO MELO, para conceder-lhe 05 (dois) dias de folga, a serem usufruídos no período de 04 a 08 de abril de 2016, em compensação aos dias 01, 02, 03, 04 e 05/04/2015; 25 e 26/04/2015; 15, 16 e 17/08/2015, os quais permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: ARGEMIRO FERREIRA DOS SANTOS NETO

DESPACHO Nº 094/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça ARGEMIRO FERREIRA DOS SANTOS NETO, para conceder-lhe 02 (dois) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 21 e 22 de março de 2016, em compensação aos dias 26 e 27/09/2015; 30 e 31/10/2015, os quais, permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016/0701/00023
ASSUNTO: Ressarcimento de despesas
INTERESSADO: ANDRÉ RICARDO FONSECA CARVALHO

DESPACHO Nº 095/2016 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando a viagem a serviço da Instituição efetuada pelo Promotor de Justiça ANDRÉ RICARDO FONSECA CARVALHO no itinerário Porto Nacional/Natividade/Porto Nacional – TO, nos dias 03 e 10/03/2016, para participar de Audiências de Instrução e Julgamento, conforme Memória de Cálculo nº 015/2016, e demais documentos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor da referida Promotora de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 263,94 (duzentos e sessenta e três reais e noventa e quatro centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
1ª Procuradoria de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
2ª Procuradoria de Justiça
Corregedor-Geral do MPE

RICARDO VICENTE DA SILVA
3ª Procuradoria de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
4ª Procuradoria de Justiça
Ouvidor do MPE

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
5ª Procuradoria de Justiça
Subprocurador-Geral de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
6ª Procuradoria de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
7ª Procuradoria de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
8ª Procuradoria de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
9ª Procuradoria de Justiça
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
10ª Procuradoria de Justiça
Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf)

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
11ª Procuradoria de Justiça

ELAINE MARCIANO PIRES
12ª Procuradoria de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º.: 002/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 004/2016.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostas irregularidades na reforma da Fonte denominada Presidente José Cirilo de Araújo pertencente a Câmara de Vereadores do Município de Colinas/TO.

INVESTIGADA: Câmara de Vereadores do Município de Colinas/TO.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 10 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º.: 005/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 124/2015.

FATO EM APURAÇÃO: Suposta falta de repasse por parte da Prefeitura do Município de Colinas do Tocantins/TO dos valores referentes aos empréstimos consignados dos servidores públicos municipais.

INVESTIGADA: Prefeitura do Município de Colinas/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 11 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º.: 007/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 001/2015.

FATO EM APURAÇÃO: Supostas irregularidades na licitação para contratação de serviço de transporte escolar nos anos de 2015 e 2016 no Município de Bernardo Sayão/TO.

INVESTIGADA: Prefeitura do Município de Bernardo Sayão/TO.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 11 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 008/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícias de Fato nº 006/2014, 007/2004, 026/2014 e 042/2015.

FATO EM APURAÇÃO: Supostas irregularidades nas contratações de servidores com prática de nepotismo, excesso e outros no município de Juarina/TO.

INVESTIGADA: Prefeitura do Município de Juarina/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 11 de março de 2016.

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO - TO

ERRATA: De acordo com a publicação do diário oficial eletrônico MP-TO, ano I, edição nº 4, de 14 de março de 2016, p. 6, **onde se lê:**

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 007/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a

melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 007/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira- Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 052/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar a irregularidade de publicação de gastos no portal da transparência pela Prefeitura de Paraíso/TO.

INVESTIGADO: Prefeito de Abreulândia/TO, Elieze Venâncio da Silva.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins, 10 de fevereiro de 2016.

Leia-se:

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 007/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 007/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira- Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 052/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar a irregularidade de publicação de gastos no portal da transparência pela Prefeitura de Abreulândia/TO.

INVESTIGADO: Prefeito de Abreulândia/TO, Elieze Venâncio da Silva.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins, 10 de fevereiro de 2016.



(63) 3216-7598

(63) 3216-7575



www.mpto.mp.br



ouvidoria@mpto.mp.br